

- b) Na área dos beneficiários:
- i) Criar e manter permanentemente atualizado o registo de beneficiários;
  - ii) Recolher e tratar a informação necessária à organização dos processos relativos à admissão de beneficiários;
- c) Na área financeira e patrimonial:
- i) Executar as atividades relacionadas com a gestão financeira realizando as tarefas de natureza contabilística;
  - ii) Executar os procedimentos necessários à aquisição de bens e serviços e assegurar o controle e distribuição de *stocks* dos bens consumíveis;
  - iii) Controlar o movimento de tesouraria, procedendo à cobrança das receitas e aos pagamentos autorizados;
  - iv) Organizar o cadastro dos bens móveis e inventariar os bens imóveis;
  - v) Desenvolver os procedimentos necessários com vista à gestão do equipamento e demais material de consumo corrente;
  - vi) Desenvolver os procedimentos necessários à conservação do património imobiliário dos SSAP;
- d) Na área do planeamento e apoio técnico:
- i) Elaborar os estudos necessários à formulação de medidas a implementar em matéria de ação social complementar;
  - ii) Elaborar o quadro normativo regulador da atividade de ação social complementar;
  - iii) Elaborar os instrumentos de gestão dos SSAP;
  - iv) Elaborar os estudos e pareceres de natureza técnica que lhe sejam solicitados;
  - v) Promover, desenvolver e coordenar estudos, projetos e inquéritos no âmbito da ação dos SSAP;
  - vi) Apoiar a direção no exercício das suas funções de gestão, designadamente no planeamento, avaliação e controlo das atividades;
  - vii) Planear a execução financeira do programa de investimentos de acordo com as prioridades definidas pela direção;
  - viii) Elaborar candidaturas de projetos a outras fontes de financiamento, procedendo ao acompanhamento da sua execução bem como à elaboração dos correspondentes relatórios;
  - ix) Coordenar as ações no campo das relações internacionais;
- e) Na área das tecnologias da informação e comunicação:
- i) Colaborar na definição e implementação da política informática dos SSAP;
  - ii) Assegurar as funções de articulação com os demais serviços da administração pública na área informática;
  - iii) Assegurar o desenvolvimento e operacionalidade das aplicações em uso nos SSAP;
  - iv) Planear e executar os trabalhos de processamento de dados de que sejam incumbidos e prestar o apoio necessário aos utilizadores da rede;
  - v) Zelar pela privacidade e segurança da informação que se encontre à sua guarda.

#### Artigo 5.º

##### Unidades orgânicas flexíveis

O número máximo de unidades orgânicas flexíveis dos SSAP é fixado em seis.

#### Artigo 6.º

##### Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no 1.º dia do mês seguinte ao da sua publicação.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*, em 16 de abril de 2012.

### MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS, DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS, DA DEFESA NACIONAL E DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO.

#### Portaria n.º 117/2012

de 30 de abril

Com a reestruturação operada pelo Decreto-Lei n.º 121/2011, de 29 de dezembro, no Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CILBH) passou a funcionar junto da Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE).

Com a entrada em vigor do Decreto Regulamentar n.º 12/2012, de 19 de janeiro, que aprovou a orgânica da DGAE, caducou o Decreto Regulamentar n.º 48/2007, de 27 de abril, sendo necessário adequar a estrutura da CILBH a esta nova realidade, designadamente, no contexto da sua importância para assegurar a participação de Portugal nas reuniões das comissões mistas luso-espanholas que resultam do Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, assinado em 29 de setembro de 1864, e na Comissão para Acompanhamento e Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), assinada em Albufeira em 30 de novembro de 1998.

O Tratado de Limites entre Portugal e Espanha contém especificamente disposições sobre a delimitação das fronteiras entre ambos os Estados, concretizando regras sobre a delimitação e definindo utilizações adjacentes aos limites, incluindo os rios limítrofes.

A Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas define o quadro de cooperação entre Portugal e Espanha para a proteção das águas superficiais e subterrâneas e dos ecossistemas aquáticos e terrestres deles diretamente dependentes e para o aproveitamento sustentável dos recursos hídricos das bacias hidrográficas dos rios Minho, Lima, Douro, Tejo e Guadiana.

Esta cooperação torna-se ainda mais relevante no âmbito da entrada em vigor da Diretiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e Conselho, de 23 de outubro, que define um quadro de ação comunitária no domínio da política da água, incluindo, no caso das regiões hidrográficas internacionais, a obrigação de os Estados membros assegurarem a coordenação entre si, com o objetivo de realizar um único plano de gestão de bacia hidrográfica internacional.

De acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2012, de 19 de janeiro, diploma que aprovou a Lei Orgânica da DGAE, a composição, as competências e o funcionamento da CILBH são aprovados por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e dos negócios estrangeiros, carecendo igualmente da aprovação dos membros do Governo res-

ponsáveis pelas áreas da defesa e do ambiente, na medida em que a sua composição abrange estas áreas sectoriais.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 6.º do Decreto Regulamentar n.º 12/2012, de 19 de janeiro, manda o Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e dos Negócios Estrangeiros e pelos Ministros da Defesa Nacional e da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Missão

A Comissão Interministerial de Limites e Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, abreviadamente designada por CILBH, tem por missão assegurar a participação portuguesa nas reuniões das comissões mistas luso-espanholas previstas no Tratado de Limites entre Portugal e Espanha, assinado em 29 de setembro de 1864, e nas reuniões da Comissão para Acompanhamento e Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, assinada em Albufeira em 30 de novembro de 1998.

#### Artigo 2.º

##### Competências

À CILBH compete:

*a)* Acompanhar e propor soluções relativas às matérias abrangidas pelas convenções internacionais celebradas entre Portugal e Espanha nos domínios dos limites fronteiriços e do aproveitamento das águas das bacias hidrográficas luso-espanholas, em coordenação com os demais serviços do Ministério dos Negócios Estrangeiros e dos ministérios sectorialmente competentes;

*b)* Preparar as reuniões ministeriais e plenárias que têm lugar no âmbito das respetivas delegações;

*c)* Assegurar o acesso do público à informação disponível procurando a colaboração de especialistas interessados nas problemáticas do domínio de cada uma das comissões luso-espanholas;

*d)* Zelar pelo cumprimento do Tratado de Limites de 1864 e do Convénio de Limites de 1926, incluindo a manutenção dos marcos de fronteira e a fiscalização do seu posicionamento correto, a disponibilização do acesso público à informação recolhida, bem como apreciar e autorizar quaisquer trabalhos realizados na linha de fronteira terrestre ou fluvial e outras tarefas definidas nesses Tratados;

*e)* Definir orientações estratégicas no domínio da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas, bem como do acompanhamento da sua execução, exercido em articulação com o membro do Governo responsável pela área do ambiente;

*f)* Promover o desenvolvimento de estudos conjuntos com Espanha e a aplicação de uma gestão integrada dos recursos hídricos assente numa lógica de bacia hidrográfica.

#### Artigo 3.º

##### Direção

1 — A CILBH é dirigida por um presidente, que é, por inerência, o diretor-geral dos Assuntos Europeus.

2 — O presidente da CILBH é substituído, nas suas faltas e impedimentos, por um trabalhador do Ministério dos Negócios Estrangeiros afeto à DGAE.

#### Artigo 4.º

##### Composição

1 — A CILBH integra as delegações às reuniões da Comissão Internacional de Limites (CIL) e da Comissão para Acompanhamento e Desenvolvimento da Convenção sobre Cooperação para a Proteção e o Aproveitamento Sustentável das Águas das Bacias Hidrográficas Luso-Espanholas (CADC), que funcionam junto do presidente.

2 — A delegação portuguesa à CIL é composta pelos seguintes membros:

*a)* Um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros que assume a presidência da delegação;

*b)* Um representante do Instituto Geográfico do Exército;

*c)* Um representante do Instituto Hidrográfico;

*d)* Um representante da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

*e)* Um representante da Direção-Geral de Política do Mar;

*f)* Um representante da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.;

*g)* O capitão do Porto de Caminha;

*h)* O capitão do Porto de Vila Real de Santo António;

*i)* Um representante da Direção-Geral da Autoridade Marítima.

3 — A delegação portuguesa à CIL é apoiada tecnicamente pelo Instituto Geográfico do Exército e pelo Instituto Hidrográfico.

4 — A delegação portuguesa à CADC é composta pelos seguintes membros:

*a)* Um representante do Ministério dos Negócios Estrangeiros que assume a presidência da delegação;

*b)* O vice-presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., que assume a vice-presidência da delegação;

*c)* Três dirigentes da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., responsáveis pelas administrações de região hidrográfica do Norte, do Tejo e do Alentejo;

*d)* Um representante do Gabinete de Planeamento e Políticas do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território;

*e)* Um representante da Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos;

*f)* Dois representantes do Ministério da Economia e do Emprego;

*g)* Um representante da EDIA, S. A.

5 — A delegação portuguesa à CADC é apoiada tecnicamente pela Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.

#### Artigo 5.º

##### Funcionamento

1 — A CILBH funciona:

*a)* Através de reuniões separadas de cada delegação;

*b)* Em plenário para o exercício de funções meramente consultivas, em matérias com incidência nos mandatos das duas delegações, por convocação do presidente.

2 — As delegações podem convidar a participar, nas suas reuniões respetivas, personalidades cuja contribuição seja considerada útil para os trabalhos.

3 — O plenário e as delegações aprovam os respetivos regulamentos de funcionamento interno.

#### Artigo 6.º

##### Apoio técnico e administrativo

O apoio técnico e administrativo à CILBH é assegurado pela Direção-Geral dos Assuntos Europeus.

#### Artigo 7.º

##### Entrada em vigor

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Ra-  
baça Gaspar*, em 16 de abril de 2012. — O Ministro de  
Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Paulo de Sacadura  
Cabral Portas*, em 23 de abril de 2012. — O Ministro da  
Defesa Nacional, *José Pedro Correia de Aguiar-Branco*,  
em 17 de abril de 2012. — A Ministra da Agricultura, do  
Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Maria  
de Assunção Oliveira Cristas Machado da Graça*, em  
19 de abril de 2012.

## MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SOLIDARIEDADE E DA SEGURANÇA SOCIAL

### Portaria n.º 118/2012

de 30 de abril

O Fundo de Estabilização Financeira da Segurança So-  
cial (FEFSS) foi criado pelo Decreto-Lei n.º 259/89, de 14  
de agosto, tendo como objetivo a estabilização dos saldos  
do regime geral da Segurança Social.

O investimento do património do FEFSS está sujeito às  
regras definidas no seu Regulamento de Gestão aprovado  
pela Portaria n.º 1273/2004, de 7 de outubro.

Tendo presente que o acordo de assistência financeira  
em vigor entre o Estado Português e a União Europeia, que  
enquadra o sistema bancário português, assegura condi-  
ções adequadas de proteção dos investimentos do FEFSS,  
pretende-se suspender, temporariamente, as restrições pre-  
vistas no atual Regulamento de Gestão do Fundo no que  
se refere à classificação de risco das instituições bancárias  
nacionais.

Assim, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 14.º  
do Decreto-Lei n.º 216/2007, de 29 de maio, manda o  
Governo, pelos Ministros de Estado e das Finanças e da  
Solidariedade e da Segurança Social, o seguinte:

#### Artigo 1.º

##### Suspensão temporária

Durante o período de vigência da assistência financeira  
da União Europeia ao Estado Português, fica suspensa a  
aplicação ao sistema bancário português das regras previs-  
tas na alínea *b*) do n.º 3 do artigo 4.º e no n.º 2 do artigo 9.º

do Regulamento de Gestão do Fundo de Estabilização  
Financeira da Segurança Social.

#### Artigo 2.º

##### Entrada em vigor e produção de efeitos

A presente portaria entra em vigor no dia seguinte ao  
da sua publicação, produzindo efeitos a partir de 1 de  
janeiro de 2012.

Em 30 de dezembro de 2011.

Pelo Ministro de Estado e das Finanças, *Maria Luí-  
s Casanova Morgado Dias de Albuquerque*, Secretária de  
Estado do Tesouro e das Finanças. — O Ministro da So-  
lidariedade e da Segurança Social, *Luís Pedro Russo da  
Mota Soares*.

## MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

### Aviso n.º 23/2012

Por ordem superior se torna público que se encontram  
cumpridas as formalidades exigidas na República Portu-  
guesa e na República do Congo para a entrada em vigor do  
Acordo entre a República Portuguesa e a República do Congo  
sobre Supressão de Vistos para Titulares de Passaportes Di-  
plomáticos, assinado em Lisboa em 4 de junho de 2010.

O referido Acordo foi aprovado pelo Decreto n.º 13/2011,  
de 2 de maio, publicado no *Diário da República*, 1.ª série,  
n.º 84, de 2 de maio de 2011, entrando em vigor a 10 de  
dezembro de 2011, na sequência das notificações a que se  
refere o seu artigo 11.º

Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades  
Portuguesas, 3 de abril de 2012. — O Diretor-Geral dos  
Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, *José  
Manuel Santos Braga*.

## MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR, DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Portaria n.º 119/2012

de 30 de abril

Nos termos do n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-Lei  
n.º 12/2004, de 9 de janeiro, alterado pelo Decreto-Lei  
n.º 69/2911 de 15 junho, as habilitações nas várias cate-  
gorias e subcategorias contidas nos alvarás das empresas  
de construção são atribuídas por classes, de acordo com o  
valor dos trabalhos que os seus titulares ficam habilitados  
a realizar, fixados anualmente por portaria do membro do  
Governo responsável pelo sector da construção, sob pro-  
posta apresentada anualmente pelo Instituto da Construção  
e do Imobiliário.

Tendo em conta a atual situação económica do sector,  
os valores das obras correspondentes a cada uma das clas-  
ses, constantes da Portaria n.º 57/2011, de 28 de janeiro,  
mantêm-se inalterados na presente portaria.

Assim:

Ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 4.º do Decreto-  
Lei n.º 12/2004, de 9 de janeiro, na redação que lhe foi  
dada pelo Decreto-Lei n.º 69/2011, de 15 de junho, manda